



Silvia Siqueira, vencedora do sorteio, no novo carro



Diretor Jacó Lampert e auditores no momento do sorteio



O diretor Élson Violante com a delegada Helena Pinheiro, do CGP

Sorteio e datas especiais

A cerimônia do sorteio do prêmio da campanha de Contribuição Social 2005, que teve como vencedora a médica de Betim, Silvia Siqueira, marcou também a posse dos delegados sindicais e as comemorações dos 35 anos do Sinmed-MG e de um ano da atual gestão

Veja mais detalhes no Caderno Especial

editorial

Em meio a muitas lutas e muito trabalho, é sempre necessária uma pausa para reflexão, para comemorar as conquistas e rever estratégias. E esse momento aconteceu no último dia 22, quando em uma cerimônia na sede do Sinmed-MG, foi realizado o sorteio do prêmio da campanha de contribuição social/2005, a posse dos delegados sindicais e lembrado o aniversário de 35 anos do sindicato e de um ano da nova gestão.

O tempo foi curto para dedicar a cada um desses temas a importância merecida – relembrar a trajetória do Sinmed; falar das principais ações da diretoria e das prioridades para o futuro; destacar a importância dos delegados sindicais; agradecer aos filiados pela participação na

campanha de contribuição social e pelo apoio à nossa gestão. Por isso, esta edição do "Trabalho Médico" traz um Caderno Especial, onde esses assuntos são abordados com mais detalhes.

Outra novidade desta edição é o "Espaço Amimer", assinado por Daniel Pereira, presidente da Associação Mineira de Residentes Médicos. Um aval do sindicato às lutas dos residentes em prol da melhoria da formação médica e do serviço oferecido à população.

Nesse momento especial, o sindicato reitera que está de portas abertas para receber os médicos e dar voz aos principais anseios da categoria. É essa a nossa missão.

Diretoria Sinmed-MG

campanha PBH

Campanha continua buscando o melhor acordo para a categoria

página 4

defesa do médico

Três comissões já atuam no interior e novas estão em andamento

página 6

entrevista

Luis Otávio Andrade (Fencom) fala sobre cooperativismo médico

página 8

Nova marca. Novos tempos.

O Sinmed-MG acaba de ganhar uma nova logomarca. A mudança reforça os novos tempos da comunicação do sindicato – mais ágil, interativa e democrática.

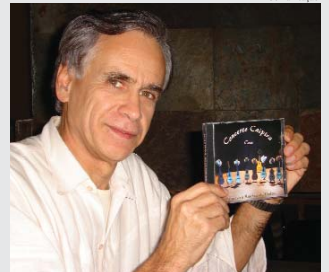
A idéia foi criar um símbolo forte, de grande impacto visual e fácil memorização por suas formas orgânicas e soltas. “A nova marca traz três significados: a forma triangular, que faz referência a Minas Gerais; a letra “M”, de Médico ou Medicina; e, em



terceiro plano, a imagem de uma figura humana em posição de atenção ao observador”, explica o designer gráfico Ricardo Prates, criador da marca.

“A impressão que se quer passar com a nova marca, ao contrário da anterior, que trazia os braços fechados, é a de um sindicato mais amigável, receptivo ao diálogo e humanizado”, diz Aroldo Gonçalves, diretor de Divulgação e Imprensa da casa. “Mudar a marca significa rejuvenescer, crescer, melhorar. E é isso que o sindicato pretende a cada dia”, afirma.

Talento musical na diretoria



Marco Antônio e sua obra-prima

O diretor de Saúde do Trabalho do Sinmed-MG Marco Antônio Torres está feliz da vida. Junto com outros oito violeiros da Orquestra Mineira de Violas, entre eles o otorrinolaringologista Everardo Alvarenga Costa, colega de trabalho no Odilon Behrens, ele acaba de lançar o CD “Concerto Caipira”.

O CD traz dez músicas, entre elas clássicos como “O Menino da Porteira”, “Chalana”, “Chico Mineiro”, “Chora Viola” e “Cálix Bento”, um prato cheio para os apaixonados pelo som da viola e pelas verdadeiras raízes da música brasileira.

O grupo, que existe há mais de seis anos, foi especialmente convidado para participar das comemorações dos 45 anos de Sérgio Reis, no Palácio das Artes, em junho último, sendo muito aplaudido pela platéia.

Bastante ocupado com as atividades de psiquiatra e médico do Trabalho, com a atuação sindical e ainda como 1º secretário da Sociedade Mineira de Médicos Gestores e Auditores, Marco Antônio considera a música uma “estrada para a espiritualidade, que permite fazer uma alteração do estado mental de uma maneira saudável”.

Para quem deseja conhecer mais sobre o trabalho: (31) 9972-9010 - www.orquestramineiradeviolas.com.br

expediente

Publicação do Sinmed-MG Sindicato dos Médicos do Estado de Minas Gerais

Rua Padre Rolim, 120 - São Lucas
30130-090 - BH - MG
Fone: (31) 3241-2811

E-mail: geral@sinmedmg.org.br

Site: www.sinmedmg.org.br

Diretoria: Alessandra Nara Korres, Amélia Maria Fernandes Pessóia, Andréa Aparecida B. Alves, André Kiyomitsu, Aripuanã Cobério Terena, Aroldo Gonçalves de Carvalho, Carlos Romero F. de A. Lemos, Cristiano Gonzaga da Matta Machado, Eduardo Almeida C. Filgueiras, Elson Violante, Fernando Luiz Mendonça, Geórgia C. B. Medrado, Henrique Leonardo Guerra, Jacó Lampert, José Alvarenga Caldeira, Márcio Costa Bichara, Marco Antônio Torres, Maria Cristina R. V. Coelho, Maria Madalena dos S. Souza, Nagib Neves Abdo, Oswaldo Cruz Júnior e Wagner Alexandre Ezequiel.

Conselho Fiscal: Aloísio Prado Marra, David dos Santos Schmidt, Geraldo José Coelho Ribeiro, Jules Jésus Ayoub, Margarida C. Sofal Delgado e Paulo César Machado Pereira.

Jornalista Responsável

Regina Perillo - MT 11.697/SP

Textos e Edição

Regina Perillo Comunicação

Projeto gráfico, editoração eletrônica e ilustrações - Genin

Fotos - Gláucia Rodrigues

Impressão - Imprimaset Ltda

Tiragem - 21 mil exemplares

Sindicato tem representante no Conselho Municipal de Saúde de Contagem

Pela primeira vez, o Sinmed-MG tem um representante no Conselho Municipal de Saúde de Contagem – Alessandra Nara Korres, pediatra-neonataologista e vice-diretora social do sindicato. A médica, que trabalha na Maternidade Municipal, no Hospital Municipal e no Hospital Santa Helena de Contagem, foi eleita entre 16 candidatos, em maio último, para ocupar uma das oito vagas do Conselho reservadas aos profissionais de saúde (quatro suplentes e quatro titulares). As outras 24 cadeiras são ocupadas por representantes dos moradores de



Alessandra Korres

Contagem e do governo.

Alessandra explica que o objetivo do Conselho é deliberar para formular estratégias e atuar no controle da execução da política de saúde do município, enfatizando a importância do órgão para descentralizar as práticas e as políticas de saúde, de uma forma democrática e participativa.

Como representante do sindicato e dos trabalhadores de saúde de Contagem, ela afirma que tem o papel de contribuir para o “desenvolvimento de uma prática de saúde eficaz para os usuários e que atenda às necessidades dos profissionais, para que trabalhem com qualidade e forneçam um atendimento digno à população”.

Manual Sinmed orienta médicos

O Sindicato dos Médicos acaba de lançar o “Manual Sinmed-MG”, com informações úteis para os médicos sindicalizados. Com 12 páginas e formato “de bolso”, a publicação traz um pequeno histórico do sindicato e a relação

atual de diretores e delegados sindicais; mostra o perfil dos associados; fala de algumas das principais realizações da atual diretoria e informa sobre os serviços oferecidos aos médicos mineiros. A peça gráfica está sendo distribuída



em eventos da área médica e para os profissionais que visitam o sindicato.

Resolução da SES impede pagamento diretamente ao médico

O Departamento Jurídico do sindicato encaminhou à Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais correspondência questionando "os fundamentos que ensejaram a edição da Resolução SES nº 599/04, a qual proibiu a utilização do Código 07 no processamento da produção hospitalar, bem como a contratação de pessoas físicas para a prestação do serviço público".

Segundo a diretora Geórgia Medrado, a carta alerta que "a medida poderá acarretar prejuízos aos usuários do Sistema Único de Saúde, visto que, com o repasse da verba ao médico, através do Hospital, a carga

tributária incidente é maior, diminuindo o valor percebido, já ínfimo". E, justifica: "Em geral, quando o Hospital realiza repasses aos médicos, o faz de forma ineficiente, com vários meses de atraso, quadro que desmotiva profundamente o profissional, tornando, para muitos, insustentável o exercício dessa atividade e, conseqüentemente, ineficiente a saúde na Administração Pública".

Geórgia conta que o documento afirma, ainda, que "o fato da Secretaria de Saúde do Estado não poder efetuar pagamentos diretamente a pessoas físicas compele os médicos a se vincularem a algum Hospital, mesmo não sendo essa sua vontade, para receber os valores devidos, em

flagrante ofensa à garantia da liberdade de associação, assegurada pela Constituição da República".

Na conclusão, o documento esclarece que "a busca por um serviço eficiente não é meramente um capricho, mas uma obrigação que a Administração Pública é constitucionalmente compelida a alcançar. A resolução em questão, pelo exposto no parágrafo anterior, afronta o princípio constitucional da eficiência em um serviço absolutamente essencial a um grande contingente da população e necessário para alcançar o dever estatal de fornecer serviço de saúde pública, conforme explicitado no art. 196 da Constituição da República".

Escritórios conveniados podem ajudar o médico em várias situações

O convênio que o Sinmed-MG mantém com dois escritórios de advocacia traz diversas vantagens aos filiados. Têm direito a utilizar os serviços dos médicos sindicalizados e em dia com as contribuições social e sindical. O "Trabalho Médico" detalha melhor em que tipo de situação os escritórios podem ser úteis.

O escritório Andréa Vasconcellos Advogados Associados atua nas áreas trabalhista, cível, de família e comercial. Segundo a advogada responsável, o escritório já foi procurado para atender problemas relativos à declaração de Imposto de Renda, avaliação de contrato de compra de imóvel, cobrança de honorários de pacientes e solicitação de locação de consultório entre médico e hospital.

O escritório também atua em ações de separação, contratação de pessoal, compra de equipamento com defeito e recursos de multas de trânsito. Esclarece que às vezes resolve o problema por telefone e, em outros casos, agenda uma consulta



para sanar as dúvidas do médico.

O outro escritório de advocacia que mantém convênio com o Sinmed-MG é especializado em causas previdenciárias, e atua em ações junto ao INSS, como pedido de certidão negativa de débito; requisição de inscrição de contribuinte individual (ocupação médico); atualização de débitos de contribuições; e solicitação de pensão por morte do segurado, auxílio-doença e aposentadorias por idade, tempo de contribuição e conversão de tempo comum em especial até 28/4/95 (aposentadoria especial).

No escritório, o médico também é orientado sobre consultoria na conta-

gem de tempo para a aposentadoria, quando necessita, por exemplo, de certidão de tempo de contribuição (para quem exerce cargos públicos federais, estaduais ou municipais e precisa utilizar o tempo da previdência privada para aposentadoria no serviço público) e indenização de contribuições (para o período em que o médico foi residente e deixou de pagar as contribuições).

Para encaminhamento aos escritórios, entrar em contato com o Sinmed-MG, pelo telefone (31) 3241-2811, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 19h.

Contratações para o PSF na mira do sindicato

O Sinmed-MG tem recebido várias denúncias de médicos que foram aprovados no concurso da PBH para o cargo de "Médico da Saúde da Família" e não foram chamados. O que é pior: as vagas estão sendo preenchidas por outros médicos, por meio de contratos administrativos.

Diante dessa situação, o Departamento Jurídico do sindicato enviou correspondência à Secretaria Municipal de Administração, conforme relata a diretora Geórgia Medrado, onde pede os seguintes esclarecimentos e informações:

- * Relação nominal de médicos classificados para o cargo de Médico da Família e relação nominal de médicos nomeados para o cargo em questão; número de médicos que estão exercendo a função por meio de contrato administrativo;

- * Se a extensão de jornada de 20 horas semanais, prevista no edital, é obrigatória ou um plus opcional ao médico, bem como o respaldo legal.

- * Também informar se a contratação relativa à extensão de jornada tem natureza salarial ou indenizatória, bem como o respaldo legal.

Médicos apontam irregularidades em Contagem

Vários médicos da Prefeitura de Contagem compareceram ou ligaram para o Sinmed-MG para solicitar providências em relação ao não-pagamento do quinquênio para os profissionais concursados com cinco anos de casa. Segundo eles, a Prefeitura alega que os três anos de estágio probatório não são computados na contagem dos quinquênios, informação que, de acordo com o departamento jurídico do sindicato, não consta em nenhuma lei. Outra queixa diz respeito à aplicação dos índices de progressão horizontal, a cada dois anos, conforme estipulado no Plano de Carreira, o que não vem sendo feito.

A diretora Geórgia Medrado informa que o Sinmed-MG já enviou uma correspondência à Secretaria de Saúde da Prefeitura de Contagem/Famuc solicitando, já no próximo vencimento, "a percepção do quinquênio para quem tem mais de cinco anos de serviço e a correta aplicação dos índices de progressão horizontal a cada dois anos de trabalho para os servidores efetivos".

Campanha PBH: novos avanços

Iniciada no dia 14 de abril, com a aprovação em assembléia da pauta de reivindicações, a campanha salarial da PBH continua em andamento, mas vários avanços já foram obtidos.

Depois da PBH ter enviado carta considerando definitivas as propostas apresentadas, a diretoria do sindicato, em novo esforço de negociação, conseguiu se reunir com o secretário municipal de saúde, Helvécio Magalhães, dia 21 de julho, obtendo novos ganhos. O resultado do encontro foi apresentado aos médicos em assembléia geral extraordinária, no sindicato, dia 25, a saber:

1 - Incorporação do abono de R\$73,70 em 1/6/2005; 2 - Para o HMOB: aumento de vencimentos a partir de junho de 2005, conforme ganhos decorrentes do acordo da campanha até a data de implantação do PCCS; 3 - Vencimento inicial de R\$1.614,19 quando da sanção do PL; 4 - Vencimento inicial de R\$1.763,86 em janeiro de 2006 - Reajustes: vencimento inicial de R\$1.537,32 para R\$1.614,19 = 5%, de R\$1.614,19 para R\$1.763,86 = 9% - TOTAL = 14%;

5 - Manutenção dos abonos de plano de carreira para os níveis I, II e III com equivalência ao nível IV; 6 - Equiparação do abono de urgência do PS do HMOB para UPA; 7 - Realização da avaliação de desempenho em 2006 para a administração direta; 8 - Inclusão de título de especialista AMB e residência médica no MEC como grau de escolaridade para a administração direta e HMOB.

CONSIDERAÇÕES DA CATEGORIA:

Após avaliar as propostas, os médicos presentes à assembléia do dia 25 fizeram as considerações a seguir, encaminhadas à PBH pela direção do sindicato:

1- Vencimento inicial de R\$1.614,19 com retroatividade a 1/junho/ 2005;

2- Vencimento inicial de R\$1.763,86 antecipado para 1/dezembro/ 2005;

3- Cálculo de abono de urgência com proporcionalidade ao vencimento e não como índice fixo;

4- Pagamento para especialistas de abono equivalente ao pró-família pago aos médicos da rede básica;

5- Inclusão de título de especialista AMB e residência médica MEC como pontuação de escolaridade para a administração direta e o HMOB, cada um valendo um nível, máximo de dois níveis neste bloco;

6- Inclusão de cursos de especialização de, no mínimo, 360 horas em instituições reconhecidas pelo MEC, como pontuação de escolaridade para a administração direta e HMOB, cada um valendo um

nível, máximo de dois níveis neste bloco;

7- Realização de avaliação de desempenho em 2006 para médicos do HMOB;

8- As propostas acordadas se referem exclusivamente à campanha salarial de 2005, sem qualquer vinculação à campanha salarial de 2006;

9 - Necessidade de uma apresentação formal da proposta.

Plano de Carreiras Odilon Behrens

A proposta da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para o Plano de Carreiras, Cargos e Salários dos Servidores de Saúde do Hospital Odilon Behrens, enviada no dia 29 de junho, está merecendo estudos minuciosos das entidades envolvidas.

Em carta enviada ao prefeito e secretário municipal de saúde, dia 21 de julho, com a assinatura de vários sindicatos – Médicos, Psicólogos, Enfermeiros, Odontólogos, Fisioterapeutas e Sindibel – foi colocada a necessidade de um tempo mínimo para a correta avaliação da proposta, devido à sua complexidade.



Encontro de representantes dos servidores de saúde do Odilon Behrens no Sinmed-MG

Sindicato avalia as tabelas de vencimento dos médicos do Estado

O Projeto de Lei 2.462/2005, com as tabelas de vencimento para os servidores da saúde, enviado pelo Governo do Estado à Assembléia Legislativa, tem, entre outras, as seguintes diretrizes: respeito ao limite da Lei de Responsabilidade Fiscal; extinção da PRC e do abono que serão transformados em uma Vantagem Temporária Incorporável (VTI); tabelas lineares com amplitude de 3% por grau e 22% por nível; absorção de parte da VTI ao posicionar os servidores nas novas carreiras.

O projeto estabelece, ainda, que a partir de 1º de setembro estão previstas as incorporações das seguintes parcelas mínimas da VTI: na SES - R\$238,14, na Fhemig e Funed - R\$200,00 e no Hemominas - R\$115,00 e aumento linear de 5% a partir de 1º de setembro de 2006.

O Sindicato dos Médicos assim posicionou-se, em reunião com as demais

entidades da saúde e as Secretarias de Estado da Saúde e de Planejamento e Gestão, no último dia 29 de julho:

* Discordamos da diferença de vencimento básico proposta pelo governo, para mesma qualificação e jornada de trabalho, para os colegas da Hemominas (R\$ 1.561,00) que é inferior ao da Fhemig (R\$ 2.253,44). Reivindicamos para ambos o maior vencimento.

* Discordamos do enquadramento dos servidores sem considerar o tempo efetivo de serviço. Reivindicamos que o governo apresente uma proposta alternativa de tabela em que o servidor possa ver seus anos de trabalho nela representados.

* Discordamos que a opção pela nova jornada de trabalho, de 12h para 24h, dependa de autorização do governo e sem data definida para que seja efetivada. Reivindicamos que a opção seja de livre

arbitrio do trabalhador e que possa ser feita imediatamente após a aprovação do PL.

* Discordamos do posicionamento irredutível do governo em não constituir a carreira de médico na Secretaria Estadual de Saúde e dos valores irrisórios de vencimento propostos para os profissionais da saúde de nível superior na SES (R\$ 750,00).

O sindicato lembra que o piso nacional defendido pela categoria, por meio da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), para 20 horas semanais, é de R\$3.313,24. Segundo o diretor Jacó Lampert, as proposições do governo estão muito aquém do que os médicos almejam: "Há um abismo. O sindicato dispensará todos os esforços para chegar mais próximo desses níveis e corrigir as distorções existentes", ressalta. Ele avisa que o sindicato estará, em breve, convocando os médicos para assembléias nos locais de trabalho.

DISQUE-DENÚNCIA

O Sinmed-MG acaba de criar mais um instrumento para melhorar as condições de trabalho do médico e do atendimento à saúde. Trata-se do Disque-Denúncia. O número (31) 9911-6220 está à disposição dos médicos, a princípio, de segunda a sexta-feira, das 9 às 18 horas, para receber reclamações e denúncias sobre problemas ligados ao trabalho tais como falta de medicamentos, recursos humanos e materiais, desorganização do serviço, contratos irregulares etc. Importante: o sindicato resguardará o nome do médico que fizer a denúncia, para evitar retaliações.

PRÊMIO PRÓ-FAMÍLIA

O Sinmed-MG tem intenção de ajuizar uma ação para impedir o desconto da contribuição previdenciária no Prêmio Pró-Família. Para ouvir os médicos sobre o assunto, será marcada uma assembléia. O sindicato solicita aos médicos do interior que vêm sofrendo desconto previdenciário do Prêmio Pró-Família que entrem em contato informando o local onde trabalham.

SUEMG E SUCRED

O Sindicato dos Médicos estará presente no XVIII Simpósio das Unimeds de Minas Gerais – Suemg e o VI Seminário das Unicreds de Minas Gerais – Sucred, de 3 a 5 de agosto, em Poços de Caldas. Promovido pela Federação das Unimeds do Estado de Minas Gerais e pela Unicred Central de Minas Gerais, o evento tem como tema central "Interooperação: Crescimento Mútuo".

O encontro também será uma oportunidade para discutir a sucessão na Federação das Unimeds do Estado de Minas Gerais, que tem como candidato o atual presidente da Unimed-BH, Emerson Fidelis Campos, cujo programa enfatiza o investimento na gestão das cooperativas como meio para a valorização do trabalho médico.

O processo sucessório é de extrema relevância para a categoria médica, visto que as cooperativas Unimed representam, atualmente, o principal financiador privado do sistema de saúde mineiro. Em todo o Estado, as Unimeds congregam cerca de 15 mil médicos cooperados e atendem a mais de 1,8 milhão de clientes.

FENAM tem novo presidente

Ourologista Heder Murari Borba é, desde 1 de julho, o novo presidente da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), entidade máxima da área sindical médica, que reúne os 53 sindicatos da categoria de todo o país. Atendendo às resoluções do congresso da Federação realizado em junho de 2004, em Goiás, ele assume o cargo novamente, em substituição a Waldir Cardoso, que esteve à frente da entidade durante um ano. A solenidade oficial de posse está marcada para 26 de agosto, no Rio de Janeiro. Ao final do mandato, com duração também de um ano, haverá um congresso da Federação para eleger uma nova diretoria.

Sobre o trabalho à frente da Fenam, Heder diz que faz parte dos planos da diretoria reconvocar até março de 2006 o Encontro Nacional das Entidades Médicas (ENEM) para que os conselhos de Medicina e os representantes das áreas sindical e associativa atualizem o conjunto das reivindicações dos médicos.

Destaca também o objetivo de estreitar cada vez mais o laço com os sindicatos, através de eventos regionais, e o relacionamento com a Associação Médica Brasileira e o Conselho Federal de Medicina. Segundo o presidente, o Sinmed-MG tem sido um importante parceiro da entidade, adiantando o



Heder: "Objetivo é estreitar cada vez mais os laços com os sindicatos"

objetivo de realizar aqui em Belo Horizonte um evento com sindicatos também do interior e estados vizinhos.

Heder Murari Borba espera que, com a posse do novo ministro da Saúde, o Plano de Carreira de Cargos e Salários (PCCS) dos profissionais de saúde do SUS contemple a especificidade do profissional médico. Além de retomar a luta pela Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM), a Fenam pretende editar um livro sobre a reforma sindical brasileira,

com posições contrárias às propostas do governo apresentadas no Fórum Nacional do Trabalho (FNT).

Para o presidente do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, Cristiano Gonzaga da Matta Machado, a associação com a Fenam e o fortalecimento da Federação é importante também para que o sindicato mineiro esteja cada vez mais presente nas discussões nacionais sobre saúde. Entre essas questões ele destaca a CBHPM, o Ato Médico e a EC 29, que trata dos recursos destinados à saúde pública no âmbito federal, estadual e municipal.

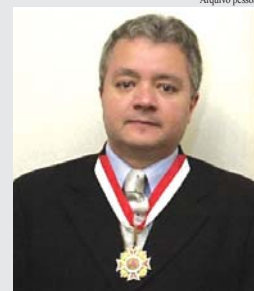
Matta Machado destaca que o Sinmed-MG é um dos quatro maiores sindicatos do país, mas ainda precisa ganhar voz e representatividade compatível com a sua importância e para isso conta com o apoio da Fenam.

Conselheiro do Sinmed recebe medalha do Mérito Legislativo

Oftalmologista Jules Jésus Ayoub, membro do Conselho Fiscal do Sinmed-MG, recebeu a "Medalha da Ordem do Mérito Legislativo", um reconhecimento da Assembléia Legislativa mineira aos serviços e méritos de pessoas físicas ou jurídicas nacionais ou estrangeiras. "Essa Comenda é muito importante, por reconhecer o trabalho que vem sendo realizado, apesar das dificuldades", afirma Jules Jésus Ayoub.

Ele compartilha a homenagem com os colegas, as entidades médicas e a Secretaria de Estado da Saúde, "que contribuíram para que eu recebesse a Medalha", afirma o conselheiro do Sinmed-MG. A entrega da Comenda aconteceu em uma solenidade no último dia 16 de maio, no Palácio dos Inconfidentes, na sede da Assembléia.

Jules também recebeu diplomas assinados pelo Presidente da Assembléia e pelo Secretário do Conselho da Ordem da Casa.



Jules Jésus Ayoub, do Sinmed-MG

Ministro Saraiva Felipe ao lado da Residência Médica

Com apenas dois dias de mandato na pasta da Saúde, o ministro Saraiva Felipe recebeu em seu gabinete, no dia 13 de julho, uma comissão em defesa da residência médica. Daniel Pereira, presidente da AMIMER (Associação Mineira dos Médicos Residentes), e André Sedyama, presidente da ANMR (Associação Nacional dos Médicos Residentes) e diretor de Relações Interior do Sinmed-MG, juntamente com membros da CNRM (Comissão Nacional de Residência Médica) e de outras regionais alertaram o ministro sobre as ameaças que pairam sobre o programa de RM no país.

Dentre os pontos abordados estão a usuração proposta pelo ex-



Daniel Pereira, ministro Saraiva Guerreiro e André Sedyama, no encontro em Brasília

ministro em fomentar com dinheiro público a "residência" multiprofissional que se mostra um programa ineficaz, caro e criticado por todos os profissionais sérios da área de saúde.

Além disso, foi pedida a nomeação da dra. Magda Beatriz Silveira (médica

da Comissão Distrital de Residência Médica) para que seja a representante do MS na CNRM. Os senhores sabiam que o antigo representante – árduo defensor da "residência" multiprofissional – era um enfermeiro? Isso soa, no mínimo, diferente. A representação legítima de

cada categoria é feita por membros constituintes da mesma, principalmente em uma organização que define o que muitos médicos deverão fazer. Foi entregue também o cálculo do reajuste para a bolsa de residência médica para a ciência do ministro sobre a pífia e real remuneração médica dos profissionais residentes que deve ser mudada o quanto antes. O ministro se mostrou sensível a todas as propostas apresentadas e se comprometeu a atuar em consonância com os interesses dos residentes.

Mais um aliado. Essa foi a impressão deixada no encontro em Brasília. Em Minas já temos o apoio do CRM, da AMMG, do Sinmed e agora contamos com o apoio do Exmo. Sr. Ministro Saraiva Felipe – médico mineiro – e estamos portanto mais fortalecidos para lutar por nossas propostas que culminam com a melhoria do atendimento médico à população, com impacto extremamente positivo na saúde pública regional e nacional.

Daniel Pereira
Presidente da Associação Mineira dos Médicos Residentes

Comissões de defesa do médico também no interior

Todo médico está sujeito à acusação de erro médico, independentemente de trabalhar no interior ou na capital. O estresse advindo dessa situação afeta tanto o âmbito profissional, comprometendo o trabalho, quanto o aspecto pessoal, gerando desgaste emocional e psicológico.

Para dar acolhimento e aconselhamento aos médicos do interior que estiverem expostos à acusação de erro, a Comissão Estadual de Defesa do Médico (CEDM) ampliou sua área de atuação com a criação das Comissões Regionais de Defesa do Médico (CRDM). Atualmente, Divinópolis, Governador

Valadares e Poços de Caldas contam com uma sede da CRDM.

Os objetivos das Comissões Regionais são: orientar profissionais que se sintam ameaçados de denúncias, prestar assessoria jurídica no caso do processo já concretizado e oferecer consultoria sobre como se comportar perante a mídia.

José Alvarenga Caldeira, coordenador da Comissão Estadual pelo Sinmed-MG, informa que estão em fase adiantada os contatos para a criação de novas Comissões Regionais de Defesa do Médico em Varginha e em Três Corações, abrangendo, ainda, as cidades vizinhas.

Alcance da cobertura

A Assessoria Jurídica da Comissão Estadual de Defesa do Médico (CEDM) atua diretamente nos processos em Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Contagem, Ibirité, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano, mas ainda não dispõe de estrutura para enviar advogados a todo o estado.

O médico que reside em localidades não cobertas pelas Comissões Estadual e Regionais pode procurar uma das comissões para se orientar e solicitar a supervisão de um advogado. Também é realizado um trabalho preventivo, com palestras em faculdades, hospitais, associações de classe, entidades e centros médicos em geral. Todos os atendimentos devem ser agendados.

Mais informações: (31) 3241-2811 (Sinmed-MG) e (31) 3247-1618 (AMMG).

DIVINÓPOLIS



Antônio, Ildeu (advogado), Eduardo e Sérgio, de Divinópolis

Desde a criação, em 10 de novembro de 1994, a Comissão de Divinópolis tem sido de extrema importância para os médicos da cidade. Segundo Sérgio Wyton Pinto, nefrologista presidente da entidade, na época Divinópolis vivenciava um verdadeiro bombardeio de acusações de erros médicos.

Ele observa que, graças a um trabalho preventivo de comunicação, foi possível reverter esse processo: "Quando os jornalistas iam ouvir 'o outro lado da moeda', percebiam que a denúncia era infundada e desistiam de publicar a matéria. Por sua vez, muitos pacientes perceberam que a imprensa passou a sempre dar espaço para o profissional se defender e desistiram das ações".

A Comissão já realizou cerca de 50 atendimentos, todos decididos em favor dos médicos. Segundo Sérgio Wyton, quando os trabalhos começaram, a especialidade mais acionada era a Obstetria, mas hoje a Comissão é procurada por médicos de várias áreas. Para ter acesso à Assessoria Jurídica, os profissionais pagam um salário-mínimo no início da defesa. A entidade está apta a atender quem é ligado à Associação Médica de Divinópolis (AMD).

Divulgação

Contatos: r. Minas Gerais 665, 810, Centro, CEP 35.500-007, (37) 3214-69 00, wytonlp@uol.com.br.

Horário das reuniões: quartas-feiras, 20h. **Integrantes:** Antônio de Pádua Silva, Eduardo Dias Chula e Sérgio Wyton Li-

ma Pinto. **Advogado:** Ildeu Guimarães Mendes.

GOV. VALADARES

Em três anos de atuação, a Comissão de Governador Valadares já defendeu 21 médicos em inquéritos criminais e cíveis. Segundo Rogério Teixeira César, ginecologista e obstetra, presidente da comissão, as especialidades mais envolvidas atualmente são Pediatria, Dermatologia, Clínica Médica, Obstetria e Neurologia.

A cada seis meses, a coordenação dos trabalhos é revezada entre os representantes do Sinmed-GV e da Associação Médica de Governador

Valadares (AMGV). O estatuto prevê reuniões ordinárias mensais, dirigidas pelo coordenador da Comissão. Outra função do coordenador é convocar uma reunião extraordinária para ouvir o profissional que está sendo acionado judicialmente. Em 24 horas, o comitê comunica ao colega se aceitou fazer a defesa.

A entidade presta Assessoria Jurídica a quem trabalha no município e em outras cidades da região leste do estado, como Conselheiro Pena, Mantena e Resplendor. O médico sindicalizado, associado e em dia com a contribuição das duas entidades tem direito à defesa pela Comissão. Caso apresente alguma pendência, tem que pagar uma taxa para ser atendido.

Contatos: r. Marechal Floriano, 600, sl. 805, Centro, 35.010-140, (33) 3271-4902/7742, sinmedgv@ig.com.br, amgv@amgv.org.br. **Horário de atendimento:** segunda a sexta-feira, 8 às 12h, 14 às 18h. **Integrantes:** João Antônio da Silva Pereira, Marco Aurélio Pifano, Paulo Bicalho, Paulo Sérgio, Rogério Teixeira César e Sebastião Santiago. **Advogado:** Ronald Amaral.



Comissão de Valadares: Sebastião, Paulo Sérgio, Herbert (advogado), Rogério e Paulo Roberto

Divulgação

POÇOS DE CALDAS

A Comissão de Poços de Caldas foi criada, em 16 de março de 2001, devido ao crescente número de denúncias contra médicos da cidade. Desde abril de 2004, a entidade tem à frente Gian Carlos Chiavegatti, clínico geral e presidente da Associação Médica local (AMPC). Segundo o presidente, o trabalho da Comissão vem se tornando a cada dia mais conhecido pelos resultados alcançados e divulgação no jornal da Associação.

Ele explica que a Comissão se reúne na sede da AMPC sempre que procurada por algum médico: "Estamos preparados para esclarecer dúvidas e, quando necessário, acompanhar os casos, tanto de médicos da cidade como de municípios da região sul do estado, como Botelhos, Cabo Verde, Caldas e Campestre", informa.

Os filiados à Associação não precisam pagar pela Assessoria Jurídica. No caso de não-filiados, a Comissão analisa a denúncia e o médico fica responsável pelo pagamento dos honorários ao advogado caso a defesa seja aceita. "Mas nada impede que o colega procure a Comissão, se torne sócio da AMPC e passe a ter direito à defesa gratuita", afirma o presidente.

Contatos: r. Assis Figueiredo, 29, Centro, CEP 37701-000, (35) 3722-1734, ampc@pocos-net.com.br. **Horário de atendimento:** de segunda a sexta-feira, 9h às 11h30, 13h às 18h. **Integrantes:** Benedito Cauby Ferreira e Silva, Gian Carlos Chiavegatti, João Guilherme Franco, Noboro Arashiro, Plínio Giovani Sarti Filho, Regina Maria B. Cioffi, Sérgio Poli Gaspar, Wagner Ramalho e Wilson Batista. **Assessor Jurídico:** Adrian Cagnani. **Assessor de Imprensa:** Antônio Paulo Ferreira e Silva.



Uma das 18 escolas médicas de Minas Gerais

PEC 78 - Mais qualidade nas escolas de Medicina

A Assembléia Legislativa mineira aprovou, no último dia 31 de maio, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 78/2004, que determina que a criação de cursos superiores de Medicina, Odontologia e Psicologia por universidades e demais instituições de ensino superior integrantes do Sistema Estadual de Educação deva ser submetida aos procedimentos de autorização e reconhecimento estabelecidos pela legislação federal em vigor.

A PEC, que foi promulgada pela Assembléia (Emenda Constitucional 70) em 30 de junho, também prevê o cancelamento da tramitação de processos de criação de cursos particulares ainda não aprovados pelo Conselho Estadual de Educação.

Autor da Proposta, o deputado estadual Ricardo Duarte (PT/MG), médico especialista em doenças infecciosas e sanitária do Ministério da Saúde, explica que a criação de escolas sem o crivo do Ministério da Educação (MEC) e sem obedecer à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) acontecia por meio de uma brecha no artigo 82 da Constituição Mineira.

A falha permitia que o Conselho Estadual de Educação autorizasse a criação de cursos das fundações pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino Superior, inclusive os da área de Saúde e Direito que, além de parecer do Conselho Nacional de Saúde e OAB, exigem autorização do MEC: "O que a PEC 78 faz é exigir o cumprimento das exigências da legislação federal e justamente tirar do Conselho Estadual de Educação a capacidade de conceder a autorização", explica. Minas era o único estado brasileiro que permitia a abertura

de cursos de ensino superior nessas áreas sem o aval do MEC.

Para o diretor do Sindicato dos Médicos Eduardo Filgueiras, a questão da criação das escolas médicas vai ainda além da qualidade do ensino e inadequação às demandas sociais: "O problema maior do Brasil não é a falta de médicos, já que o país tem um profissional para cada 620 habitantes, enquanto a Organização Mundial de Saúde (OMS) pede um médico para mil habitantes, mas sim a concentração nos grandes centros urbanos (65% dos médicos trabalham nas capitais) e sua dependência da tecnologia e retarda hospitalar para desempenhar suas funções. Combatemos as novas escolas não só porque são ilegais, mas também porque são desnecessárias", afirma.

DADOS SOBRE ESCOLAS MÉDICAS

Das 142 faculdades de Medicina existentes no Brasil, 67 foram abertas a partir da década de 1990. Desde 2001, o MEC autorizou a criação de 36 novos cursos. Em Minas Gerais, somente nos últimos quatro anos (2001 a 2004), a oferta de cursos de Medicina cresceu 50%, com o surgimento de seis escolas particulares. São cerca de 1.900 novas vagas, a cada ano, sendo 680 nas cinco instituições com gestão pública e o restante (1.218 vagas) nas escolas privadas.

Dentre as 18 escolas de Medicina do estado – cinco públicas e 13 privadas –, sete estão sendo questionadas judicialmente pelo CRM e Sinmed-MG por terem os cursos aprovados apenas pelo Conselho Estadual de Educação, em desacordo com as normas federais vigentes, que exigem a autorização do MEC, e aguardam decisão do Supremo.

Fórum sobre a Emenda Constitucional 29



O Sindicato dos Médicos de Minas Gerais estará realizando no dia 19 de agosto (data a confirmar), no Hotel Mercure, em Belo Horizonte, o evento Fórum de Debates sobre a Emenda Constitucional 29 – Projeto de Lei 1/2003, com o objetivo de dar visibilidade à discussão sobre os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. Foram convidados para o encontro secretários municipais e estaduais de saúde, parlamentares e entidades médicas.

Já está confirmada a presença do deputado federal Roberto Gouveia, autor do Projeto de Lei Complementar, em tramitação na Câmara Federal, para regulamentar a EC 29. Promulgada em 13 de setembro de 2000, a EC 29 teve por escopo assegurar recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde no âmbito da União, estados, municípios e distrito federal.

Dados do Ministério da Saúde mostram que estados e municípios

estão descumprindo a Emenda Constitucional 29, que os obriga a investir um percentual mínimo das arrecadações na saúde pública. Em 2003, esse percentual mínimo era, em média, 11% da receita.

No geral, dos 5.539 municípios sobre os quais o Ministério tinha dados, 58,8% (3.255) cumpriram a lei, mas os outros 41,2% a ignoraram – 592 municípios investiram abaixo do previsto, 1.621 não prestaram contas referentes aquele ano (o que também é uma exigência da Emenda 29) e 71 nunca prestaram contas, em ano algum. Pior ainda é a situação dos estados – nenhum apresentou suas contas de 2003, e pelos números de 2002, 16 dos 27 governadores – 59,3%, portanto, aplicaram menos do que deveriam em saúde pública.

Segundo o presidente da Frente Parlamentar da Saúde, deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), quando o Congresso regulamentar a Emenda 29 ficará claro quanto União, estados e municípios serão obrigados a gastar, o que não acontece atualmente. A não regulamentação dificulta inclusive uma punição para quem não atinge a marca.

Sinmed-MG apóia CPI da Saúde

O Sindicato dos Médicos de Minas Gerais está apoiando o movimento pela criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Saúde em Minas Gerais. A entidade participou, juntamente com outras lideranças sindicais ligadas à área da saúde, do ato público do dia 25 de maio, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

O requerimento pedindo a instalação da CPI, de autoria do deputado estadual Rogério Correia (PT), foi protocolado em 18 de maio, com 28 assinaturas de deputados estaduais do PMDB, PDT, PCdoB, PT, PL e PP. Como os deputados Chico Rafael (PMDB), Dimas Fabiano (PP) e Dr. Ronaldo (PDT) retiraram suas assinaturas, o requerimento ficou com apenas 25 assinaturas e a CPI não foi efetivada

(para a efetivação, eram necessárias 26 assinaturas, de um total de 77 parlamentares).

Segundo Rogério Correia, entre outras irregularidades no setor da saúde pública no estado, o requerimento solicita a apuração do descumprimento reiterado pelo governo estadual da Emenda Constitucional nº29, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de 12% dos recursos do orçamento estadual no setor de saúde; da aplicação indevida das verbas em setores que não são do Sistema Único de Saúde (SUS); da intenção do estado de repassar o Hospital "Pronto-Socorro" de Venda Nova para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs); e do não cumprimento de decisões judiciais que prevêem a destinação de recursos na compra e distribuição de medicamentos.



Arquivo pessoal

Luiz Otávio Andrade

Cooperativas na defesa do trabalho médico

Luiz Otávio Andrade, presidente da Federação Nacional das Cooperativas Médicas (Fencom), fala sobre como o cooperativismo veio contribuir para a organização e a defesa do trabalho médico. Especialista em Anestesiologia, Clínica Médica, Medicina do Trabalho e Terapia Intensiva, tem extensa experiência profissional, tanto no serviço público como na iniciativa privada, e preside a entidade desde 2000

Desde quando o cooperativismo passou a ser uma forma de organização do trabalho médico?

O cooperativismo é um modelo de relação de trabalho relativamente novo, com pouco mais de 150 anos. No segmento médico, as Unimeds, primeiras cooperativas médicas, foram fundadas a partir do final dos anos 60. Na década de 80, em Belo Horizonte, houve uma percepção de que o médico, isoladamente, não conseguiria condições de negociações praticáveis, que considerassem o nível de organização das já então poderosas empresas de saúde complementar. Diante dessa e de outras situações, como honorários retidos por hospitais e com valores em decréscimo contínuo, os médicos sentiram necessidade de criar um tipo de organização que os representasse.

Neste contexto, como surgiu a Federação Nacional das Cooperativas Médicas?

Para encontrar soluções mais baratas e mais eficientes para as suas necessidades e discutir os problemas comuns das cooperativas médicas de Minas Gerais, em 26 de maio de 1994, as cooperativas Cooponest, Coopbaleia, Feliccoop, Gincoop, Matercoop e Santacoop criaram a Federação Mineira de Cooperativas Médicas (Femcom). Em 27 de maio de 2004, por uma mudança no estatuto, a entidade passou a se chamar Fencom e a admitir a inclusão de cooperativas de outros estados, como Bahia e Espírito Santo. Atualmente, o Ceará negocia a filiação.

Qual o número atual de associados?

De um universo de 30 mil médicos no estado e cerca de 18 mil na Região Metropolitana de Belo Horizonte, temos atualmente 14 mil cooperados individuais, filiados às 34 cooperativas da Fencom. No interior, a entidade atua em Formiga, Itabira, Itabirito, Juiz de Fora e Montes Claros. No restante do Brasil, são cerca de 3 mil associados.

As cooperativas médicas e a Fencom representam uma nova realidade de organização do trabalho médico?

Não há a menor dúvida. O grande mérito do modelo cooperativista é a sua maneira de administração, baseada na representatividade, na participação democrática, nas decisões colegiadas e na possibilidade de o médico fazer valer suas vontades.

Quais os principais serviços oferecidos pela entidade ao profissional médico?

A Federação tem dois vieses de importância para o médico. Um é operacional. Com o gigantesco achatamento das remunerações, tudo o que se perde hoje vai fazer falta no final do mês, e o médico não pode se dar ao luxo de ser desorganizado. Em um primeiro momento, as cooperativas médicas centralizaram a produção do médico e permitiram que ele se relacionasse soberanamente com o grande número de convênios existentes, obtendo grande diminuição da perda do trabalho prestado. Nesse contexto, o papel da Fencom, ao criar condições para um trabalho mais eficiente das cooperativas, é o de permitir que isso ocorra de forma menos onerosa para o médico. Compramos serviços, insumos e produtos em grande escala, o que nos faz obter condições melhores. Prestamos serviços de departamento pessoal; temos uma assessoria jurídica específica na área de cooperativismo, com disponibilidade praticamente integral; e prestamos consultoria na área de contabilidade. A Fencom é referência em termos de informação técnica. É ao mesmo tempo um trabalho de processamento de dados, faturamento, secretaria e organização, para garantir os direitos do médico atual, que recebe de várias fontes, trabalha em diversos lugares, é muito ocupado e não tem tempo de cuidar dessa parte burocrática do trabalho.

E qual é a segunda vertente de atuação?

A medida que as cooperativas se consolidaram do ponto de vista operacional, surgiu naturalmente a segunda linha de atuação, que hoje eu considero a mais importante – a de ser um instrumento de representação política do médico no seu local de trabalho ou dentro da sua especialidade. Nessa vertente, mais institucional, a Federação tem o papel de ser um fórum de discussão dos interesses e problemas comuns ao setor cooperativista e, principalmente, ao segmento de saúde. A Fencom não se furta a discutir políticas públicas de saúde a partir da ótica do trabalho médico. Muito pelo contrário, isso tem ocorrido cada vez mais, e em todos os segmentos de atuação dos profissionais – saúde suplementar e saúde pública –, que são intercomplementados e dependem um do outro fundamentalmente.

Como tem sido o relacionamento da Fencom com as outras entidades da área de saúde?

Em relação ao Sinmed-MG, temos orgulho de dizer que participamos da mudança que levou à nova diretoria do sindicato. Desde que assumimos, sempre foi nossa proposta estreitar o relacionamento com todas as entidades. Uma prova dessa união é a atuação da Fencom na luta pela implantação da CBHPM, juntamente com a AMMG, o CRM e o sindicato. A Federação aderiu ao movimento porque reconheceu que essa era a bandeira que deveria unir os médicos em relação aos seus honorários. A integração foi muito boa para todas as partes: a Fencom contribuiu com a experiência que tinha em termos de negociação de honorários, e ao mesmo tempo recebeu um suporte em termos de representatividade dessas entidades no estado e no Brasil.

Que perspectivas o sr. vê para o cooperativismo médico?

Como relação de trabalho, o cooperativismo é extremamente moderno, interessante, eficiente e viável, porque busca ao mesmo tempo o bem pessoal e o coletivo, colocando na mão do trabalhador os destinos de uma empresa de vários donos, representados pela participação em assembleias, conselhos fiscais e conselhos administrativos. É importante ressaltar que a cooperativa jamais se prestará a substituir o trabalho com vínculo empregatício. A Federação fica atenta a essa questão e não admite a existência, em nenhuma hipótese, de cooperativas de fachada, que servem para burlar direitos trabalhistas. Em função desse trabalho, a Fencom, por mim representada, é hoje membro titular do Conselho de Ética da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (OCEMG) e do Conselho Estadual do Cooperativismo, recentemente criado por lei estadual.

Que diagnóstico o sr. faz do trabalho médico na atualidade?

Ao longo dos anos, o médico acabou caindo na armadilha de deixar que a indústria de instrumentos, medicamentos e equipamentos ultrasofisticados substituisse a importância da relação médico-paciente. Quando usamos a máquina no lugar da ação médica consciente, equilibrada, bem formada, bem direcionada, estamos retrocedendo, e não avançando. Só recuperando a soberania sobre o seu trabalho o médico vai garantir longevidade no mercado, bem-estar no exercício da sua profissão e condições dignas de sobrevivência profissional.

Como as entidades podem interferir nesse cenário?

Discutir essa situação para resgatar a importância do profissional como o elemento essencial à prática médica é uma proposta da Fencom, e eu considero uma obrigação das entidades. Temos procurado fazer esse papel. É preciso reavaliar que modelo de medicina queremos: “curativa”, de alto preço e baixa resolubilidade; ou mais humana, eficaz e próxima do paciente.

“O grande mérito do modelo cooperativista é a possibilidade de o médico fazer valer suas vontades”

Momento de confraternização



Diretores do Sinmed-MG no coquetel de confraternização

O dia 22 de julho foi de festa no Sindicato dos Médicos, com muitos motivos para comemorar. Nesse dia foi sorteado o carro Celta como prêmio aos médicos que pagaram a Contribuição Social 2005. Concorreram 2.183 candidatos, e a vencedora foi a médica de Betim, Silvia Siqueira.

A data também marcou os 35 anos do Sinmed-MG e um ano da atual gestão. Outro momento importante foi a posse dos delegados sindicais, que receberam

o certificado das mãos do diretor Élson Violante.

O presidente da casa, Cristiano Gonzaga da Matta Machado, falou aos presentes sobre as principais conquistas da diretoria nesta primeira etapa, enfatizando que o ano foi de muito trabalho.

Ele destacou o fato do sindicato ter regularizado sua situação financeira, graças às campanhas realizadas e também à revisão de antigos contratos e negociações com as entidades.

Também considerou um ganho o

novo patamar de relacionamento com as entidades médicas locais e nacionais e a aproximação com o Poder Público e Legislativo. Enfatizou os esforços bem-sucedidos da eleição dos delegados sindicais, hoje em número de 28 em Belo Horizonte e região metropolitana.

Lembrou as principais lutas como a campanha salarial da PBH e os esforços para a aprovação da carreira de médico no Estado e a disposição da diretoria para continuar fazendo seu papel de porta-voz da classe médica na defesa do trabalho.

Silvia, a premiada: boa fase e alto astral

A vencedora do sorteio do Celta, a ginecologista Silvia Siqueira (CRM 17.964), parece que foi escolhida a dedo... altíssimo astral e uma pessoa muito conhecida e querida pelos colegas.

Sindicalizada há muitos anos, Silvia sempre se destacou pela atuação junto à classe médica. Já foi presidente da Associação Médica de Betim e é a representante da Comissão de Defesa do Médico no município. Além de trabalhar em consultório próprio, atua no Hospital da Unimed e na Prefeitura de Betim.

Silvia conta que, quando recebeu o boleto com a chamada "Eu já ganhei, agora pode ser sua vez", com a foto de Edson Trombin, vencedor do prêmio do ano passado, pensou – "bem que eu podia



Silvia Siqueira e o presidente do sindicato



Momento do sorteio contou com a presença de diretores e auditores

ser o próximo". Mas depois se esqueceu do assunto. Qual não foi a surpresa ao receber o telefonema do presidente Cristiano, na noite do sorteio, comunicando que um carro zero quilômetro esperava por ela na sede do sindicato.

Feliz, Silvia diz que está vivendo um período de grande sorte, com muitas coisas boas acontecendo em

sua vida. Na primeira quinzena de agosto ela viaja para Milão, a convite da irmã que reside na Itália, e, com o novo carro diz que vai poder se "livrar" das prestações do veículo que adquiriu recentemente.

Balanco da campanha

O balanço da campanha de arrecadação da Contribuição Social para o Sinmed-MG, encerrada em 8 de julho, foi bastante positivo. Foram arrecadados R\$281.300,00, referente ao pagamento realizado por 2.093 médicos (1.326 médicos pagaram agora e 767 já haviam adiantado o pagamento em 2004). Em 2004, o sindicato arrecadou R\$221.000,00 em 1.646 contribuições, o que mostra um crescimento este ano no número de adesões.

Ao contrário da Contribuição Sindical, obrigatória pelas Leis Trabalhistas, a Contribuição Social é uma taxa anual (R\$134,40) paga somente pelo médico que espontaneamente se filia ao sindicato. Estando quite com a Contribuição Social o médico pode usufruir de todos os serviços da entidade.

Para o diretor financeiro da entidade, Jacó Lampert, o resultado foi muito bom e mostra que os médicos estão confiantes na nova gestão. Ele reforça que com planejamento e respeito ao dinheiro do associado, é possível fazer uma gestão sindical séria e transparente.

VEJA TAMBÉM:

Os principais momentos da história do Sinmed-MG

Entrevista com o presidente sobre o primeiro ano

A cerimônia de posse e os novos delegados sindicais

1970-2005 - Sinmed-MG completa 35 anos

Conheça um pouco dessa história que reflete as principais mudanças no cenário do país e do trabalho médico

Embora existam alguns indícios históricos que o Sindicato dos Médicos tenha surgido em meados dos anos 30, em pleno Estado Novo, sendo extinto na mesma década, a inauguração oficial da entidade aconteceu em 11 de junho de 1970, seis anos após o golpe militar que deixa o sindicalismo no obscurantismo. A primeira sede da entidade funcionava na av. Pasteur – 136, bairro Funcionários.

A posse da primeira diretoria só acontece em março de 1971, na Associação Médica de Minas Gerais, tendo como presidente o médico cirurgião Vicente de Paulo Assis. Em 1974 assume o também cirurgião Calil Fouad Nicolau Cury e em 1977 Antônio Fernando Dias da Silva.

Em depoimento à revista "Sinmed MG 30 Anos", Antônio Fernando lembra que a atuação do sindicato acontecia nos limites que o regime militar em vigor no país permitia: "Vivíamos na corda bamba. Não falávamos amém, mas também não podíamos ir contra o regime. Um passo em falso e o sindicato poderia ter sérios problemas". Manter o sindicato aberto e funcionando foi, para ele, o grande mérito das gestões nos anos 70.

Nas eleições para a diretoria do Sinmed em 1980, duas chapas se inscrevem: uma da situação e outra representada pelos médicos do Movimento Renovação Médica, tendo à frente Cêlio de Castro. Com o apoio de várias entidades médicas regionais e nacionais e após uma campanha de sindicalização em que foram filiados cerca de 500 novos

médicos à entidade, vence a oposição.

Cêlio pertencia ao Grupo de Estudos Médicos – GEM, a princípio um pequeno grupo que se reunia para discutir os novos problemas que afligiam a profissão médica cada vez mais "assalariada" e menos "liberal" e que, depois, foi ganhando corpo, inclusive como parte de um movimento nacional

de Renovação Médica. "Na formação desse grupo se juntaram médicos novos, recém-formados e que tiveram participação no movimento estudantil dos anos 70 e médicos com uma história de intensa militância política anterior à ditadura" (Sinmed MG 30 Anos - pg 24).

Em julho de 1987, sob a gestão do

pediatra Roberto Assis Ferreira, o Sindicato dos Médicos de Belo Horizonte obtém do Ministério do Trabalho a extensão de sua base territorial que passa a ser estadual, mudando o nome para Sindicato dos Médicos do Estado de Minas Gerais.

Em setembro de 1989, o sindicato deixa a sede da rua Maranhão - 364 para se instalar no atual endereço, na rua Padre Rolim - 120, também no bairro de Santa Efigênia, passando a ter uma estrutura melhor para seu funcionamento.

Em 1991, outro momento marcante: por iniciativa do Sindicato dos Médicos e da Associação Médica, Minas Gerais ganha a primeira Comissão Estadual de Defesa do Médico do país, com o objetivo de prestar assessoria jurídica e de imprensa aos médicos mineiros nos casos de acusação injusta e precipitada de erro médico.

Em 1992, após dois mandatos da gestão Roberto Assis Ferreira, outro pioneirismo – pela primeira vez no estado uma mulher assume a direção de um sindicato, cabendo a iniciativa à pediatra Eliane de Souza.

De 1995 a 2001, assume a direção da casa o clínico Ricardo de Menezes, substituído em 2001 por Edilson Corrêa de

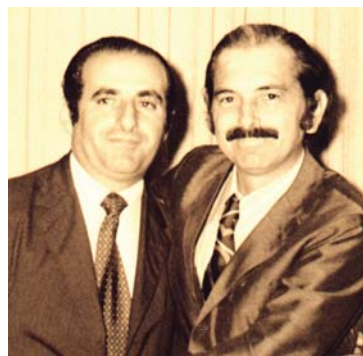
Moura.

Em julho de 2004, o sindicato renova, após 15 anos de chapa única, sua diretoria com a vitória da Chapa 2, de oposição, encabeçada pelo anestesiológico Cristiano Gonzaga da Matta Machado. Com quase 10 mil sindicalizados, o Sinmed-MG está presente hoje em 729 municípios.

Momentos marcantes



Mudança para a nova sede aconteceu em 1989. Foto do prédio antes da reforma.



Vicente de Paulo Assis (à direita) e Calil Fouad Nicolau Cury, 1º e 2º presidentes



Cêlio de Castro, um marco na história da instituição



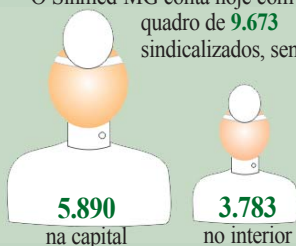
Eliane de Souza, uma mulher na presidência do sindicato

Gestões do Sinmed-MG

- 1971/74 - Vicente de Paulo Assis
- 1974/77 - Calil Fouad Nicolau Cury
- 1977/80 - Antônio Fernando Dias da Silva
- 1980/83 e 1983/86 - Cêlio de Castro
- 1986/89 e 1989/92 - Roberto Assis Ferreira
- 1992/95 - Eliane de Souza
- 1995/98 e 1998/2001 - Ricardo de Menezes Macedo
- 2001/2004 - Edilson Corrêa de Moura
- 2004 - Cristiano Gonzaga da Matta Machado

Perfil do associado

- O Sinmed-MG conta hoje com um quadro de **9.673** sindicalizados, sendo:



- As especialidades com maior número de sindicalizados são: Clínica Médica (**2.042**), Pediatria (**1.353**), Ginecologia e Obstetrícia (**1.115**), Cardiologia (**573**) e Ortopedia (**209**).
- Faixa etária dos sindicalizados: 20-30 anos: **200** sindicalizados; 31-40 anos: **1.866**; 41-50 anos: **2.952**; 51-60 anos: **2.741**; 61-69: **844**; acima de 70 anos: **875**. Sem idade declarada: **165**.

Cristiano Gonzaga da Matta Machado

Um ano de gestão

O presidente do Sinmed-MG faz uma rápida avaliação dos 35 anos da entidade; fala das principais conquistas no primeiro ano de gestão, comemorado em 7 de julho, e perspectivas do sindicalismo



O que o sr. acredita ter mudado na relação do sindicato com seus associados nesses 35 anos da entidade?

Nesses 35 anos ocorreram muitas mudanças no trabalho médico, na sociedade, na política e o sindicato acaba refletindo tudo isso. Por outro lado, embora a entidade represente os médicos ela não deixa de ser um espelho da forma de pensar da diretoria e principalmente do presidente.

Quais pontos o sr. destacaria nessa retrospectiva?

Até a década de 70, o médico tinha a perspectiva do exercício liberal da medicina. Assim, o profissional que trabalhava para o sistema público em geral tinha também uma clínica privada onde atendia principalmente pacientes particulares. No final da década de 70, o país começa a sofrer mudanças com a campanha pela anistia e o início da abertura política. Surge nessa época em Minas Gerais um movimento importante chamado Grupo de Estudos Médicos, que começa a discutir os vários aspectos da questão da saúde e a participação política na sociedade em geral e nas entidades médicas em particular. Esse fato culmina com a eleição de Célio de Castro e traz uma série de lideranças para a direção do sindicato dando um novo rumo, não só na defesa profissional, mas também na representação política da entidade. Foi um momento em que o sindicalismo estava forte como um todo e teve participações significativas nos processos políticos da década de 80.

Em 88, com a criação do SUS ocorre uma mudança significativa no sistema de saúde do país, que passa a ter uma regra mais clara, uma organização estabelecida em lei. A saúde passa a ser universalizada e um projeto de hierarquização é criado para organizar o atendimento em vários níveis. O Ministério da Saúde passou a ter uma dotação orçamentária do Tesouro Nacional. Proporcionalmente à maior demanda, o custo da saúde também aumentava. Com o estado intervindo de forma mais organizada na saúde, a questão do financiamento é hoje uma grande discussão. Após muita luta, foi aprovada, em 2000, a Emenda Constitucional 29 que estabelece o percentual de investimento em saúde das três esferas de governo. Hoje, a regulamentação da EC29 é uma das grandes lutas na saúde pública,

uma vez que vários governos não investem o que preconiza a emenda. A sociedade brasileira precisa decidir qual é a fonte de financiamento para saúde, quanto está disposta a demandar e investir e qual é a abrangência que ela deseja. Existe uma lei, mas há também a necessidade de garantir que esse financiamento legal aconteça.

Outra mudança foi em relação à saúde suplementar, que passou a ter uma importância muito grande na vida da população e no trabalho do médico, principalmente a partir da década de 90, embora tenha surgido nos anos 70.

O sindicato soube acompanhar as mudanças nas formas de trabalho médico?

Em relação à saúde suplementar o sindicato não acompanhou as mudanças. Antes o médico atuava na medicina liberal e no estado. À medida em que os clientes particulares foram desaparecendo, a saúde suplementar passou a substituir a medicina liberal.

O sindicato, nesse processo, manteve-se muito ligado nessa questão de saúde pública, que é fundamental, mas deixou de lado a importância da saúde suplementar como fonte de trabalho para o médico. A relação médico/empresas também não foi focada, fazendo com que o médico perdesse representatividade.

Hoje, a grande tarefa é poder trabalhar a interação entre as duas realidades, sistema público e saúde suplementar, porque, na prática, um depende do outro. Se não fosse a saúde suplementar, o estado certamente teria que investir mais em saúde. Não fosse a saúde pública, grandes hospitais e centros de referência científica não teriam se desenvolvido e não teriam capacidade de atender à demanda do sistema público e da saúde suplementar. O sistema de saúde precisa ser visto como um todo e não somente nas questões relativas ao estado.

Qual a sua avaliação hoje do contexto sindical no Brasil?

O contexto sindical teve uma mudança significativa no que diz respeito às relações trabalhistas. Se antes a relação era de patrão/empregado, hoje já existe uma série de outras circunstâncias de relacionamento e, com isso, o sindicalismo perde. Para manter sua força, o sindicato precisa agir dentro da realidade em que o mundo se apresenta e o trabalho com suas várias possibilidades e experiências. Especificamente no caso de médicos, todas as questões que discutimos aqui fazem parte do universo que o sindicato pode e deve trabalhar, e não apenas as relações de emprego entre o estado e os médicos. O sindicato tem que estar presente, apresentar propostas, lutar por mudanças seja qual for a forma de trabalho médico.

Como o sr. avalia esse primeiro ano de atuação da nova gestão?

Acho que o grande desafio deste ano foi alcançar um equilíbrio financeiro e uma condição administrativa adequada, porque o sindicato vinha em uma rota de insolvência. Quando assumimos, não havia receita suficiente para terminar o ano e foram necessários empréstimos para honrar os compromissos. Hoje, com as campanhas que fizemos, com o reconhecimento da categoria e com a participação ativa do médico, o sindicato tem sua questão financeira equacionada, com orçamento estabelecido até o final do ano. Isso é importante porque a diretoria fica liberada para investir em outros projetos e fazer política sindical.

Além do aspecto financeiro, quais outros avanços o sr. destaca?

Ainda temos muitas lutas pela frente. Com relação ao Estado de MG houve um avanço importante no ano passado que foi o reconhecimento da carreira do médico. Entretanto isso se deu de forma incompleta, já que os médicos da Secretaria de Estado da Saúde não obtiveram esse reconhecimento. Além disso, está em curso a discussão das tabelas salariais que, na prática,

vão determinar os vencimentos dos profissionais. A questão da prefeitura municipal de BH, que tem um contingente muito significativo de médicos em uma condição de trabalho que precisa ser melhorada, é o alvo da campanha que estamos fazendo agora.

Temos um departamento jurídico forte, atuante e atento a qualquer irregularidade no trabalho médico, o que favorece muito a condição de defesa profissional. Desde que assumimos, o relacionamento com as outras entidades médicas e sindicais também melhorou bastante, principalmente quanto à Associação Médica, ao CRMMG e à Fencom, de forma a permitir uma atuação em conjunto em diversas ocasiões.

Quais os próximos passos do sindicato?

Esse primeiro ano foi de organização e estruturação. Para o próximo, prevemos bastante trabalho dando continuidade aos processos já encaminhados, como a implantação da CBHPM, e aderindo a outras lutas como o Ato Médico e a regulamentação da EC29.

Queremos eliminar, em todos os níveis, as contratações precárias e garantir o acesso ao serviço público por concurso. As condições de trabalho precárias, a violência nas unidades de saúde, a sobrecarga de trabalho, tudo isso compromete o atendimento de qualidade à saúde da população.

Acho que um dos maiores desafios para o sindicato é a ampliação de sua área de abrangência efetiva. A eleição dos delegados sindicais em Belo Horizonte foi muito importante. Agora é a vez de buscarmos apoio e parceiros no interior do estado.

Existe também, do ponto de vista interno, uma questão importante a ser discutida, que é a modernização do estatuto. Em âmbito nacional, uma grande tarefa será dar voz ao sindicato mineiro nas grandes questões da saúde, e para isso também estamos fortalecendo nossa relação com entidades como a Federação Nacional dos Médicos (Fenam) e Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina.

São muitas as tarefas e temos certeza de que não nos faltará disposição para levar adiante essas lutas, que só serão vitoriosas com a efetiva participação do médico em seu sindicato. Somente a união da categoria poderá garantir respeito e dignidade ao trabalho médico.

“O sindicato precisa estar presente, seja qual for a forma de trabalho médico”

Delegados sindicais tomam posse

Uma das grandes conquistas da atual gestão foi a eleição de delegados sindicais. Já são 28 representantes em Belo Horizonte e região metropolitana, muitos deles participando ativamente das reuniões decisórias do sindicato nas campanhas salariais. O trabalho desses delegados dá uma nova dimensão para

a atuação do Simmed-MG que ganha mais força junto aos locais de trabalho. O próximo passo, além de completar o quadro na capital e região metropolitana, é o interior do estado.

Durante o coquetel de confraternização e sorteio do carro, dia 22 de julho, os delegados presentes receberam certificados do diretor Elson Violante.



Carlota, médica da UPA Nordeste



Tarso Martins com Elson Violante

PREFEITURA DE CONTAGEM

Tarso V. Martins da Silva, clínica médica (CRM 27.887): “Trabalho no Hospital Municipal de Contagem há apenas seis meses, mas já sou bastante conhecido aqui. Quando fiquei sabendo que o sindicato estava incentivando o surgimento de delegados sindicais, me reuni com meus colegas e, através de um consenso, fui escolhido para representá-los. A intenção é me unir aos outros delegados para solucionar os problemas dos médicos, além de servir de ponte para a comunicação entre o sindicato e meus colegas daqui do hospital”.

Djard Lisboa Moreira Filho, médico da família (CRM 21.013):

“Sou funcionário da prefeitura de Contagem há cinco anos, mas essa é minha primeira participação junto ao sindicato. Sou o único médico da unidade e resolvi ser delegado sindical porque acredito que melhorias podem ser conquistadas para toda a classe médica. Busco lutar por aumento de salário, já que há vários anos estamos sem ele. Além disso, gostaria de discutir assuntos de interesse médico e de conjuntura nacional”.

Bernardo Federici Guedes, urologista (CRM 23.692):

“Recebi o convite do sindicato e aceitei porque acredito que o órgão é um forte aliado na luta pelos direitos dos médicos. A atual administração do Centro de Especialidades está fazendo melhorias, mas acho que juntos poderemos reivindicar mais benefícios. Com o passar dos anos, a classe médica foi perdendo espaço e acho



APRESENTAÇÃO DOS NOVOS REPRESENTANTES

Na edição passada, o "Trabalho Médico" trouxe uma pequena entrevista com os delegados sindicais. Nesta, repetimos a dose com um depoimento dos novos representantes

que cabe aos próprios médicos lutarem para recuperar o prestígio que a categoria merece. Devemos lutar por melhores salários, pois viramos escravos de nós mesmos”.

REGIONAL LESTE (PAM SAUDADE)

Andréa Chaimowicz, pediatra e neonatologia (CRM 21.311): “Participo de movimentos sindicais há algum tempo e me candidatei a representar o PAM Saudade porque acredito que muita coisa precisa ser mudada. Um dos maiores problemas que temos aqui é que, apesar dos administradores insistirem para que o atendimento seja de nível secundário (especialidades pediátricas), no PAM Saudade a demanda de atendimento básico (pediatria geral) ainda é muito grande e não há pediatras suficientes. Vamos lutar para organizar essa demanda, cobrando coerência da prefeitura e dos órgãos responsáveis”.



Arquivo Pessoal

REGIONAL NORTE

Paulo Eustáquio Marra Pinto, pediatra, generalista e médico da família no CS Guarani (CRM 16.418): “Trabalho no Centro de Saúde Guarani há doze anos e a vontade de ser delegado sindical surgiu espontaneamente, acho que porque já participava do movimento sindical há muito tempo. Percebi que os poderes públicos não valorizam o trabalho médico, por isso, pretendo mobilizar meus colegas, não só os do meu centro de saúde, mas todos, para juntos somarmos forças para a campanha salarial e para reivindicar melhores condições de trabalho”.



RP Comunicação

Fabício Rodrigo Moreira Barbosa, clínica médica, CS Aarão Reis (CRM 35.476): “Tornei-me um delegado sindical para somar forças junto ao movimento de valorização do trabalho médico. Somos quatro médicos no Centro de Saúde, onde

trabalho desde 2002, e temos aqui os problemas inerentes às outras unidades, como deficiência de recursos humanos e excessos da gerência. Quero contribuir para estreitar os laços da equipe com o sindicato, em cujo trabalho acredito”.



REGIONAL VENDA NOVA (CS VENDA NOVA)

Rodrigo Naves Gevisiez, pediatria e hemoterapia/hematologia (CRM 24.886): “Resolvi me candidatar ao cargo de delegado sindical por não me conformar com as irregularidades que estão cada vez mais presentes em nosso dia-a-dia. Pretendo atuar junto ao sindicato sendo presente nas reuniões e motivando meus colegas a também participar. Temos que nos mobilizar para que outras categorias não façam o papel do médico, contra os funcionários não-qualificados, falta de espaço físico nos hospitais e falta de material básico para atendimento. Atualmente, o atendimento médico tem sido de quantidade e não de qualidade, o que, além de prejudicar os pacientes, também desmotiva os médicos”.

SANTA LUZIA

Celso de Carvalho Diana, clínica médica (CRM 23.730): “Aceitei o convite do sindicato dos médicos de me tornar delegado sindical do Hospital Santa Luzia, onde trabalho há 15 anos. Sempre atuei em defesa da classe. Fui fundador e presidente da Associação Médica e da Cooperativa dos Médicos de Santa Luzia. Sou diretor do hospital em que trabalho e membro do Conselho de Saúde. Ainda não sei como será minha atuação junto ao sindicato; pretendo conversar com os diretores e demais delegados para ver como irá funcionar essa parceria”.

RELAÇÃO COMPLETA DELEGADOS SINDICAIS

- CGP - Centro Geral de Pediatria -** Helena Pinheiro Garrido (CRM 9.504)
- Hemominas -** Edson Freixo Chivitares (CRM 23.581)
- Hospital Júlia Kusbstickek -** Neusa Rodrigues Sérgio (CRM 23.672)
- Maternidade Odete Valadares -** Ariete Domingues de Araújo (CRM 24.429)
- Odilón Behrens -** Fabiano Lemos Damasceno, ortopedista (CRM 28.461) José Luiz Lopes (CRM 13.463)
- PAM Campos Sales -** Fernando Antônio Pereira da Silva (CRM 12.831)
- PAM Padre Eustáquio -** Cláudio Oliveira Ianni (CRM 14.876)
- PAM Sagrada Família -** Caetano Moreira Freitas (CRM 26.256), José Carlos de Souza (CRM 12.740)
- PAM Saudade -** Andréa Chaimowicz (CRM 21.311)
- Prefeitura de Contagem -** Djard Lisboa Moreira Filho (CRM 21.013)
- Prefeitura de Contagem -** Bernardo Federici Guedes (CRM 23.692), Tarso V. Martins da Silva (CRM 27.887)
- Regional Norte -** Paulo Eustáquio M. Pinto (CRM 16.418) Fabício Rodrigo Moreira Barbosa (CRM 35.476)
- Regional Venda Nova -** Rodrigo Naves Gevisiez (CRM 24.886)
- Santa Luzia -** Celso de Carvalho Diana (CRM 23.730)
- UPA Barreiro -** Camilo Batista Goulart (CRM 20.789), Luiz Felipe Viotti (CRM 21.216), Maria Theresa Fonseca Bertrand (CRM 25.413) Rita Aparecida de Paula (CRM 14.428)
- UPA Nordeste -** Carlota Solange Félix Simões (CRM 18.052)
- UPA Norte -** Maria Cristina Vignolo (CRM 15.212)
- UPA Oeste -** Jorge Alcântara Medeiros de Araújo Júnior (CRM 26.124)
- UPA Pampulha -** Átala Reis Victória (CRM 20.537) Walter Luiz Ribeiro Cabral (CRM 31.708)
- UPA Venda Nova -** Ceres Machado Vanucci (CRM 23.672)